

ENTRE A RAZÃO E O SOFRIMENTO: PERSPECTIVAS FILOSÓFICAS DE AGOSTINHO E SCHOPENHAUER SOBRE A VONTADE HUMANA DURANTE OS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Thaígo de Souza e Moura

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo geral analisar como os aspectos morais das ações humanas impulsionadas pela vontade, relacionando-as à liberdade e ao livre-arbítrio e como podem contribuir durante os processos de ensino-aprendizagem. A pesquisa parte do pressuposto de que a consciência de si é essencial para a compreensão da racionalidade prática e do pensamento moral, fundamentando-se nas obras de Santo Agostinho e Arthur Schopenhauer. Esta análise ainda encontra-se em construção, e busca contrastar as concepções desses pensadores sobre a vontade e suas implicações para a moralidade e a liberdade humana, considerando a importância do protagonismo dos alunos durante os processos de ensino-aprendizagem. A metodologia adotada consiste em uma revisão bibliográfica sobre as filosofias agostiniana e schopenhaueriana. As análises iniciais têm focado nos contextos históricos e influências intelectuais que moldaram suas ideias, ressaltando a evolução conceitual do livre-arbítrio e da vontade ao longo do pensamento filosófico. Para Agostinho, a vontade está intimamente ligada à liberdade moral e à responsabilidade do sujeito frente às suas escolhas. Ele enfatiza que a racionalidade e a consciência moral orientam a vontade para a busca do bem supremo, representado por Deus. Em contrapartida, Schopenhauer concebe a vontade como uma força irracional e incessante que permeia toda a realidade, conduzindo o ser humano a um ciclo de desejos insaciáveis e sofrimento, cujo alívio só pode ser encontrado na negação da vontade por meio da ascese e da contemplação estética. Este estudo contribui para o entendimento da relação entre vontade, livre-arbítrio e processo de ensino-aprendizagem, uma vez que a falta de interesse e engajamento dos alunos em determinados modelos educacionais podem resultar em sofrimento psíquico. Isso ocorre, porque há obrigatoriedade em frequentar instituições de ensino com estruturas rígidas que limitam sua autonomia e motivação, gerando impactos negativos em seu bem-estar emocional e, sobretudo, educacional.

Palavras-chave: Vontade; Liberdade; Desejo; Moralidade; Educação.

ABSTRACT: The present study has the general objective of analyzing how the moral aspects of human actions, driven by the will, relate to freedom and free will, and how they can contribute to the teaching and learning processes. The research is based on the assumption that self-awareness is essential for the understanding of practical rationality and moral thought, drawing on the works of Saint Augustine and Arthur Schopenhauer. This analysis is still under development and seeks to contrast these thinkers' conceptions of will and its implications for morality and human freedom, while considering the importance

of students' agency during teaching and learning processes. The methodology adopted consists of a bibliographic review of Augustinian and Schopenhauerian philosophies. The initial analyses have focused on the historical contexts and intellectual influences that shaped their ideas, highlighting the conceptual evolution of free will and the will throughout philosophical thought. For Augustine, the will is closely connected to moral freedom and to the responsibility of the subject in relation to their choices. He emphasizes that rationality and moral conscience guide the will toward the pursuit of the supreme good, represented by God. In contrast, Schopenhauer conceives of the will as an irrational and incessant force that permeates all reality, leading human beings into a cycle of insatiable desires and suffering, the relief of which can only be found in the denial of the will through asceticism and aesthetic contemplation. This study contributes to the understanding of the relationship between will, free will, and the teaching-learning process, since the lack of interest and engagement of students in certain educational models can result in psychological suffering. This occurs because of the obligation to attend educational institutions with rigid structures that limit their autonomy and motivation, generating negative impacts on their emotional and, above all, educational well-being.

Keywords: Will; Freedom; Desire; Morality; Education.

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda, sobretudo, os aspectos morais das ações humanas que são impulsionadas pela vontade vinculada estreitamente à liberdade do homem e ao entendimento do seu livre arbítrio.

Na intenção de auxiliar e expandir a compreensão do leitor, o presente trabalho partirá do pressuposto da consciência que homem possui de si mesmo sendo essencial considerar esta autoconsciência tendo em vista a reflexão posterior sobre a racionalidade prática, isto é, o pensamento moral que se desenvolve a partir das faculdades ontológicas que o gênero humano supõe.

A fim de elevar o entendimento acerca da temática abordada, a revisão bibliográfica utilizada para o desenvolvimento deste estudo conta com obras de magna importância, tanto de Santo Agostinho (354 - 430) e pensadores e comentadores que se apoiam na visão agostiniana quanto de Arthur Schopenhauer (1788 - 1860) e comentadores da filosofia schopenhaueriana.

O pensamento dos principais filósofos que norteiam este estudo sobre a vontade continuam em evidência mesmo com tantas outras vertentes acerca da problemática. Isso demonstra que, apesar da evolução do pensar filosófico, a

logicidade com a qual Agostinho e Schopenhauer pensaram sobre a vontade humana sempre esteve bem fundamentada.

I. A NATUREZA DOS PENSADORES

Em Tagaste, norte do continente africano, nasceu Aurélio Agostinho no ano de 354 da era cristã (REALE, 1990). Tagaste era um lugar conhecido por fazer parte do celeiro do Império Romano, região rica e de muita prosperidade, graças à sua planície costeira abundante em trigo e uma região interiorana com muitas colinas grandes produtoras de azeite de oliva.

Filho de Mônica, cristã fervorosa cuja fé e coerente testemunho fundaram as premissas para a conversão posterior de seu unigênito, e Patrício, pagão que recebeu o batismo pouco antes de sua morte.

Começou seus estudos em Tagaste e os completou em Cartago. Estudou gramática e retórica, e, apesar de ter recebido toda a cultura latina, passou a interessar-se por Filosofia após a leitura de *Hortênsio*, uma obra ciceroniana.

Iniciou seu itinerário místico e filosófico passando por uma série de doutrinas diferentes. Em 374 começou a ensinar retórica em Tagaste e aproximou-se da doutrina maniqueísta, causa constante de seus questionamentos após sua conversão, uma vez que essa doutrina apresenta o bem e o mal como dois princípios naturais presentes na essência de todas as coisas.

Em 384 mudou-se para Roma e no mesmo ano foi para Milão com a finalidade de assumir o cargo de professor de retórica da cidade. Nesse período começou a afastar-se do maniqueísmo e, apesar da frustração que a doutrina maniqueísta trouxe para ele, aproximou-se da Academia Cética.

Depois de profundas reflexões e sob influência de Ambrósio, bispo de Milão, afastou-se gradativamente do ceticismo e, a partir de uma experiência mística com os escritos paulinos, abraçou a fé cristã no ano de 387.

Foi notoriamente influenciado por filósofos como Platão, bem como pelo neoplatonismo em geral. De modo evidente, Santo Agostinho supera a filosofia platônica e neoplatônica, alargando a concepção acerca da criação do mundo e a união transcendental a qual Plotino objetivava para si e seus discípulos.

Ao enfrentar diversas heresias, superar as invasões bárbaras e transpor as barreiras que o fim do mundo antigo pôde trazer consigo, Agostinho impetrou, com suas palavras e seu testemunho (REALE, 1990), uma nova forma de compreender o universo e entender as realidades que se apresentavam.

Não obstante sua filosofia não ser fenomenológica, soube dar condições favoráveis para uma leitura profunda, não somente das realidades espirituais, mas também das realidades aparentes.

Não menos importante tem-se Arthur Schopenhauer que nasceu em 22 de fevereiro de 1788, em Danzig (atual Gdańsk, Polônia). Filho de Heinrich Floris Schopenhauer, um comerciante próspero, e Johanna Schopenhauer, uma escritora de renome, o jovem Arthur teve uma educação privilegiada, viajando extensivamente pela Europa e adquirindo uma formação cultural vasta (SAFRANSKI, 2007).

Após a morte de seu pai em 1805, Schopenhauer dedicou-se aos estudos, ingressando na Universidade de Göttingen em 1809, onde estudou filosofia, influenciado especialmente por Platão, Kant e os filósofos idealistas alemães, como Fichte e Schelling (GARDINER, 1963).

Sua obra mais influente, *O Mundo como Vontade e Representação*, publicada em 1819, marca o ápice de sua filosofia. Nessa obra, Schopenhauer desenvolve uma visão metafísica baseada na ideia de que a essência do mundo não é racionalidade ou ideia, mas sim vontade – uma força irracional, cega e incessante que permeia toda a realidade (SCHOPENHAUER, 2005).

Sua concepção da vontade foi profundamente influenciada pelo pensamento kantiano, especialmente pela distinção entre fenômeno e nômeno, e também pelo contato com filosofias orientais, como o budismo e o hinduísmo (SAFRANSKI, 2007).

O pessimismo é um dos aspectos centrais de sua filosofia. Segundo Schopenhauer, a vida é essencialmente sofrimento, pois a vontade nunca pode ser plenamente satisfeita.

O desejo incessante leva a um ciclo interminável de frustrações, e a felicidade não passa de uma pausa temporária nesse processo (SCHOPENHAUER, 2005). A única forma de escapar desse sofrimento seria a negação da vontade, através da ascese, da contemplação estética e da compaixão (GARDINER, 1963).

Apesar da profundidade de sua filosofia, Schopenhauer não recebeu reconhecimento imediato. Durante grande parte de sua vida, viveu à sombra do idealismo alemão dominante, especialmente Hegel, a quem Schopenhauer desprezava profundamente (SAFRANSKI, 2007).

Apenas na segunda metade do século XIX sua obra começou a ser mais apreciada, influenciando importantes pensadores como Friedrich Nietzsche, Sigmund Freud e Emil Cioran (GARDINER, 1963).

Schopenhauer faleceu em 21 de setembro de 1860, em Frankfurt, deixando um legado filosófico que continuaria a influenciar diversas áreas do pensamento ocidental. Sua visão de mundo, marcada pelo pessimismo metafísico e pela valorização da arte e da contemplação estética, permanece relevante para discussões filosóficas contemporâneas.

II. O PARADIGMA DA VONTADE: AGOSTINHO x SCHOPENHAUER

No pensamento agostiniano, a liberdade humana é o alicerce da estrutura que forma a consciência de cada indivíduo (LEGRAND, 1983) e o livre-arbítrio consiste na possibilidade de escolha entre o bem e o mal (MORA, 2001).

Da interação entre esses dois conceitos surge o problema moral que se expressa não somente pela liberdade e pelo livre-arbítrio, mas encontra residência na vontade humana.

A vontade, por assim dizer, existe porque é necessariamente precedida pela liberdade e pelo livre-arbítrio. Mostra-se sempre como fator determinante de uma ação.

De fato, não podemos compreender o conceito de vontade sem antes pressupormos seu escopo. Ora, enquanto o homem se coloca entre o paradoxo da escolha entre o bem e o mal, surge a vontade que, sujeitada às paixões, inclina-se a favor de um ou outro.

Como nos diz Santo Agostinho em O livre-arbítrio:

Penso, portanto, que tu te lembras como em nosso primeiro diálogo ficou suficientemente estabelecido que nada pode sujeitar o espírito à paixão, a não ser a própria vontade. Porque nem um agente superior nem um igual podem constrangê-la a esse vexame, visto que seria injustiça. Tampouco, um agente inferior, porque esse não possui poder para tal. Resta, portanto, que seja próprio da vontade aquele movimento pelo qual ela se afasta do Criador e dirige-se às criaturas, para usufruir delas. (1995, p. 149)

A vontade é definida pela filosofia clássica e medieval como apetite racional ou compatível com a razão (ABBAGNANO, 2014).

Para compreender a Vontade enquanto apetite racional e força motriz do agir humano, é preciso supor, necessariamente, a consciência. O homem sabe de sua liberdade, tem consciência de suas vontades e é capaz de discernir.

Percebe-se então a união intrínseca de três conceitos fundamentais que são abordados no presente trabalho, a saber, liberdade, livre-arbítrio e vontade. Concomitante a união inseparável destas realidades presentes no homem está a consciência de si, bem como a consciência moral que, constantemente, é tangencialmente tocada pela vontade humana.

Entende-se por consciência não somente o sentido epidérmico de estar ciente dos próprios atos, mas ousa-se ir além na compreensão deste termo. Para a filosofia, a consciência possui um significado relacional da alma consigo mesma (ABBAGNANO, 2014). Trata-se, sobretudo, de uma noção em que o aspecto moral está ligado estreitamente com o aspecto teórico.

Santo Agostinho diz em sua obra *A verdadeira Religião*:

Não saias de ti, mas volta para dentro de ti mesmo, a Verdade habita no coração do homem. E se não encontras senão a tua natureza sujeita a mudanças, vai além de ti mesmo. Em te ultrapassando, porém, não te esqueças que transcendes tua alma que raciocina. Portanto, dirige-te à fonte da própria luz da razão. (1987, p. 106)

Este trecho permite-nos compreender que, para Agostinho, o homem adquire a consciência de si a partir da Verdade (Deus) e, ainda que seja também um processo que passe pela racionalidade humana, transcende a alma que pensa.

Não obstante transcender a alma que pensa, Agostinho coloca a razão como ponto máximo da constituição ontológica do homem. A razão está acima de tudo no homem, mas acima dela apenas Deus.

Em seu livro, *O livre arbítrio*, Agostinho dialoga com Evódio sobre as diversas naturezas e, nesse contexto, ele fala sobre a natureza humana com sua capacidade intelectual:

Porque, manifestamente, nós possuímos um corpo e também uma alma que anima o corpo e é causa de seu desenvolvimento. Dois elementos que também vimos nos animais. Enfim, a mais, temos um terceiro elemento, que por assim dizer é como a cabeça ou o olho de

nossa alma. A menos que se encontre um nome mais adequado para designar a nossa razão e inteligência, faculdade que a natureza dos animais não possui. Vê, pois, eu te peço, se podes encontrar na natureza do homem algo mais excelente do que a razão. (1995, p. 92)

O aspecto moral que se evidencia é a capacidade de autojulgar-se. Este aspecto, próprio do homem, se relaciona indefectivelmente com o aspecto teórico do campo ético e moral.

Em outras palavras, diz-se aqui que o homem pensa sua condição, age profundamente movido pela vontade que se expressa na consciência que a alma possui das realidades que o cercam. De forma que a consciência interior não se dissocia da racionalidade que o caráter moral constantemente imprime no agir humano.

Louis Lavelle, um espiritualista francês, possui raízes profundas no pensamento agostiniano. Lavelle fala sobre a consciência de si, mas a partir de uma ótica metafísica. A noção de consciência do eu implica também no conceito de liberdade, pois ela exerce-se por um ato livre (JUNGES, 2017) e, é nesta perspectiva, que se pode intuir que o homem consciente e livre age moralmente.

Recorda-se ainda dos filósofos gregos que, embora não façam parte do contexto de pensamento agostiniano, contribuíram na elaboração do pensamento de Santo Agostinho. Aristóteles, por exemplo, expande, significativamente, o pensamento grego e dá bases para a construção da filosofia cristã como um todo.

Aristóteles diz que o homem consciente busca sempre pela felicidade e este impulso natural está profundamente enraizado em todo homem (BOURKE, 1951), portanto, trata-se de um estímulo básico e original da ontologia do homem para toda ação que se disponha e desenvolver.

Em contraposição ao pensamento agostiniano, deparamo-nos com Arthur Schopenhauer (1788-1860) que é um dos filósofos mais influentes do século XIX, sendo amplamente reconhecido por sua filosofia da vontade.

Sua obra fundamental, *O Mundo como Vontade e Representação* (2005), apresenta uma concepção metafísica na qual a vontade é o princípio essencial da realidade.

Diferente de concepções anteriores, que viam a vontade como uma faculdade psicológica ou um atributo humano, Schopenhauer a define como uma força irracional, cega e onipresente, que permeia toda a existência.

A influência kantiana é evidente no pensamento de Schopenhauer. Partindo da distinção entre fenômeno e nômeno, o filósofo alemão argumenta que a vontade corresponde ao nômeno, ou seja, à essência metafísica do mundo, enquanto a representação se refere ao fenômeno, ou à maneira como os seres humanos percebem a realidade (SCHOPENHAUER, 2005).

Assim, a vontade não é um objeto da experiência sensível, mas a força fundamental que impulsiona todas as coisas, desde os organismos vivos até os processos naturais.

A vontade, segundo Schopenhauer, manifesta-se no mundo natural através de impulsos e instintos irracionais. No ser humano, ela se revela como um desejo incessante, que nunca pode ser plenamente satisfeito.

Essa ideia remete ao conceito de sofrimento: o ser humano, dominado pela vontade, está condenado a uma existência de frustração e dor, pois cada desejo satisfeito gera novos anseios, perpetuando um ciclo interminável de insatisfação (SCHOPENHAUER, 2005).

Outro ponto central da filosofia da vontade de Schopenhauer é sua relação com o pessimismo. Como a existência é marcada pelo sofrimento inerente à vontade, a única solução possível para minimizar esse sofrimento seria a negação da vontade.

Esse processo de renúncia, semelhante à ascese presente em tradições orientais, consiste na superação dos desejos e na busca por um estado de desapego e resignação (SCHOPENHAUER, 2005). Em sua análise, o filósofo destaca que grandes figuras espirituais, como Buda e os santos cristãos, são exemplos de indivíduos que atingiram essa libertação.

A teoria da vontade formulada por Schopenhauer exerceu grande influência na filosofia e na literatura ocidental, sendo referenciada por pensadores como Friedrich Nietzsche, Sigmund Freud e Emil Cioran. Além disso, sua relação com o pensamento oriental, especialmente o budismo, contribuiu para ampliar o interesse pelo seu sistema filosófico (SAFRANSKI, 2007).

Dessa forma, a concepção de vontade em Schopenhauer não apenas reformula a metafísica ocidental, mas também propõe uma visão trágica da existência, na qual o sofrimento é inescapável. Seu pensamento permanece

relevante, sendo objeto de estudo em diversas áreas, como filosofia, psicologia e literatura.

III. ANÁLISE COMPARATIVA DOS PARADIGMAS FILOSÓFICOS

A concepção de vontade desempenha um papel central no pensamento filosófico de Santo Agostinho e Arthur Schopenhauer ainda que sob perspectivas distintas. Enquanto Agostinho a compreende como um atributo essencial da alma humana, relacionada à liberdade e à moralidade cristã, Schopenhauer a define como um princípio metafísico fundamental, cego e irracional, que governa toda a realidade.

A comparação entre esses dois filósofos revela tanto convergências quanto divergências na interpretação da vontade e de seu papel na existência humana.

Santo Agostinho, em sua obra *O livre-arbítrio* (2018), defende que a vontade é um componente essencial do livre-arbítrio humano, permitindo ao indivíduo escolher entre o bem e o mal. Para o bispo de Hipona, a vontade está intimamente ligada à busca de Deus e à realização do bem moral.

O pecado, por sua vez, ocorre quando a vontade se desvia de Deus e se inclina para o amor desordenado às coisas mundanas (AGOSTINHO, 2018). Dessa forma, a vontade não é apenas uma força interior, mas também um elemento central da relação entre o homem e a divindade.

Em contrapartida, Schopenhauer desenvolve uma concepção radicalmente diferente da vontade. Em *O Mundo como Vontade e Representação* (2005), ele argumenta que a vontade é a essência última da realidade, manifestando-se de maneira irracional e incessante em todos os seres vivos.

Para Schopenhauer, a vontade não conduz à moralidade ou à redenção, mas sim a um ciclo interminável de desejos insaciáveis que resultam no sofrimento humano (SCHOPENHAUER, 2005). Essa visão, influenciada pelo budismo e pelo pensamento oriental, sugere que a libertação só pode ser alcançada pela negação da vontade, por meio da ascese e do desapego.

Apesar das diferenças, há pontos de interseção entre os dois pensadores. Ambos reconhecem a vontade como uma força determinante na existência

humana e destacam a necessidade de sua transformação para atingir um estado de plenitude.

Em Agostinho, essa transformação ocorre pela orientação da vontade para Deus, enquanto em Schopenhauer, ela se dá pela sua negação e superação. Além disso, ambos influenciaram amplamente a tradição filosófica ocidental, estabelecendo bases para reflexões posteriores sobre ética, moralidade e metafísica (SAFRANSKI, 2007; CIORAN, 2011).

A relação entre a vontade e o sofrimento também é um ponto relevante. Enquanto Agostinho entende que o sofrimento é consequência do pecado e do afastamento de Deus, Schopenhauer o vê como um elemento inerente à própria estrutura da realidade. Para ambos, no entanto, há uma saída possível: a redenção cristã no caso de Agostinho e a negação da vontade em Schopenhauer.

Dessa forma, ao analisar a vontade em Santo Agostinho e Schopenhauer, percebe-se que, embora partam de pressupostos distintos, suas reflexões convergem na compreensão da centralidade da vontade na condição humana. A comparação entre esses dois pensadores permite uma visão mais ampla das implicações filosóficas, teológicas e existenciais desse conceito.

IV. IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O processo de ensino e aprendizagem não se resume a uma simples transmissão de conteúdos, mas envolve dimensões subjetivas e existenciais do sujeito que aprende. Nesse contexto, a vontade humana ocupa lugar central, pois a aprendizagem se mostra mais significativa quando há consonância entre o desejo de aprender e os meios oferecidos para a formação.

Contudo, nem sempre o aluno se encontra nesse ambiente por sua própria escolha: muitas vezes, a presença na escola é resultado de uma imposição legal, moral ou familiar. Essa tensão entre a obrigatoriedade externa e a interioridade da vontade remete a importantes reflexões filosóficas presentes em Santo Agostinho e Schopenhauer.

Para Santo Agostinho, a vontade é o núcleo da vida interior do ser humano, constituindo-se como força que orienta o agir moral e espiritual. A verdadeira aprendizagem, para ele, está ligada à busca da verdade e, em última

instância, de Deus, sendo a vontade o motor que conduz a alma para esse encontro (AGOSTINHO, 1999).

Dessa forma, no campo educacional, a aprendizagem só se efetiva de modo profundo quando há uma abertura voluntária do sujeito para acolher o conhecimento. Caso contrário, o ensino se converte em mera repetição externa, sem transformação da interioridade.

Por outro lado, Schopenhauer concebe a vontade como uma força cega, irracional e incontrolável que constitui a essência da existência humana (SCHOPENHAUER, 2005).

Na perspectiva do filósofo, os desejos e aspirações individuais são a expressão dessa vontade metafísica que impulsiona o sujeito, muitas vezes em conflito com normas e imposições externas. Aplicado ao campo educacional, esse pensamento sugere que a aprendizagem se dá em constante tensão: de um lado, a exigência social, legal e moral de frequentar a escola; de outro, os impulsos interiores do aluno que nem sempre coincidem com o que lhe é imposto.

Assim, ao considerar tanto Santo Agostinho quanto Schopenhauer, percebe-se que a aprendizagem eficaz depende da harmonização entre o dever externo e o querer interno. A educação que ignora a vontade do estudante corre o risco de gerar alienação, resistência e desmotivação.

O modelo educacional brasileiro possui uma estrutura rígida e pouco sensível às subjetividades dos alunos. A obrigatoriedade de frequentar a escola, garantida pela legislação, é um marco fundamental para o direito à educação.

No entanto, essa mesma obrigatoriedade pode se converter em um espaço de tensões quando não se considera a dimensão subjetiva e a vontade do estudante. A escola, nesse sentido, frequentemente opera como uma instituição de reprodução social, onde o aluno é conduzido mais pelo imperativo legal e moral do que pelo desejo de aprender (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

Sob essa perspectiva, a experiência escolar pode resultar em um distanciamento entre o estudante e o conhecimento, sobretudo quando a organização curricular prioriza conteúdos desconectados das realidades vividas pelos sujeitos.

Paulo Freire (1996) já havia apontado que a educação bancária, centrada na mera transmissão de informações, desconsidera a autonomia e a

historicidade do educando, limitando sua capacidade de protagonismo. Assim, o aluno submetido a esse modelo tende a experimentar o aprendizado como imposição e não como exercício de liberdade.

A crítica também se aprofunda quando observamos que a obrigatoriedade escolar pode gerar, paradoxalmente, sofrimento psíquico e desmotivação. A estrutura escolar, marcada por padronizações e avaliações classificatórias, frequentemente ignora a pluralidade de ritmos, interesses e formas de aprender (PATTO, 1990).

Significando, portanto, que o sujeito-aluno, ao ser obrigado a adequar-se a um modelo uniforme, tem suas vontades e singularidades silenciadas, o que pode comprometer não apenas seu engajamento, mas também seu bem-estar emocional e intelectual.

Nesse cenário, torna-se urgente repensar a educação brasileira de forma a equilibrar a necessária universalização do ensino com o reconhecimento da subjetividade dos estudantes. Como afirma Arroyo (2012), a escola deve ser um espaço que acolha as vozes e experiências dos educandos, transformando a obrigatoriedade em oportunidade de emancipação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida evidencia que a centralidade da vontade humana nos processos de ensino e aprendizagem é decisiva para que a escolarização cumpra sua função social de forma significativa.

Quando o processo pedagógico favorece que o aluno reconheça a relevância do conhecimento em relação às suas próprias aspirações, a obrigatoriedade escolar deixa de ser percebida como imposição e pode se transformar em abertura voluntária, promovendo uma aprendizagem autêntica e transformadora.

Nesse sentido, torna-se necessário revisitar práticas pedagógicas e curriculares, priorizando metodologias ativas, o diálogo e o protagonismo estudantil, a fim de garantir que a experiência educativa seja vivida como exercício de liberdade e construção de sentido.

Assim, a crítica ao modelo educacional brasileiro, sob a ótica da subjetividade do aluno, aponta que a obrigatoriedade só se legitima quando

associada a práticas que respeitam a autonomia, a interioridade e a diversidade dos sujeitos, pois, caso contrário, a escola corre o risco de reduzir-se a um espaço de mera formalidade, esvaziado de significado para aqueles que deveriam constituir o centro do processo educativo.

Além disso, faz-se indispensável o aprofundamento da discussão sobre a relação entre vontade, liberdade e aprendizagem, bem como a proposição de caminhos pedagógicos mais eficazes que permitam alinhar a obrigatoriedade escolar com o respeito à autonomia e à diversidade dos sujeitos.

Somente assim será possível avançar em direção a uma educação mais eficiente, capaz de superar a visão da escola como mera formalidade e de consolidar um espaço de formação integral, comprometido com a emancipação e o bem-estar dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo, BRA., Editora Martins Fontes, 2014.

AGOSTINHO, Santo. **A Graça (I)**. São Paulo – BRA. Paulus, 1998.

_____. **A Graça (II)**. São Paulo – BRA. Paulus, 1999.

_____. **Confissões**. São Paulo – SP, Paulus, 1995.

_____. **O livre-arbítrio**. São Paulo – SP, Paulus, 1995.

ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURKE, Vernon J. **Ethics, A Textbook in Moral Philosophy**. New York, EUA. Christian Wisdom Series, 1951.

CIORAN, Emil. **Breviário de decomposição**. Trad. José Thomaz Brum. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 29. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GARDINER, Patrick. **Schopenhauer**. Londres: Penguin Books, 1963.

JUNGES, Fábio Vieira. **A ética ontológica de Louis Lavelle: uma resposta à crise de valores do homem hodierno**. Maceió – AL, 2017.

LAVELLE, Louis. **A consciência de si**. São Paulo – SP. É Realizações Editora, 2014.

_____. *Traité des Valeurs – Tome Premier, Théorie générale de la valeur*. Paris, FRA. Logos, 1951.

LEGRAND, Gerard. **Dicionário de Filosofia**. Lisboa, POR., Ed. Edições 70, 1983.

MORA, J. Ferrater. **Dicionário de Filosofia – Tomo III**. São Paulo, BRA., Editora Loyola, 2001.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal**. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1990.

REALE, Giovanni. **História da Filosofia - Volume I**. São Paulo – BRA. Paulus, 1990.

SAFRANSKI, Rüdiger. **Schopenhauer e os Anos Selvagens da Filosofia**. São Paulo: Geração Editorial, 2007.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O Mundo como Vontade e Representação**. Trad. Jair Barboza. São Paulo: UNESP, 2005. (Original de 1819).